COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2021

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As demonstrações contábeis apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2014 e 2015, com lastro dos fluxos financeiros dos direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICMS ("PPI"). **Operações em curso:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do "PEP" no montante de R$ 5.903.622 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). Em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R$ 740.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão. Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R$ 5.334, com a disponibilidade de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PEP, após o pagamento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. A 1ª Série da 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado e de um fundo de amortização, em montante igual a 2 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização. Em dezembro de 2021 o saldo devedor remanescente da 1ª Série da 2ª Emissão era de R$ 23.349, com liquidação prevista para junho de 2022. A Standard & Poors manteve o rating das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em "brBBB- (sf)" em seu Relatório de Monitoramento divulgado em 07 de abril de 2021. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o lucro apurado foi de R$ 4.559 (R$ 6.529, em 2020), sendo que deste resultado foi registrada perda de R$ 1.530 (R$ 6.538 de perdas em 2020) provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas. A proposta da Administração da Companhia a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas prevê a destinação do lucro apurado no exercício de 2021, no valor total de R$ 4.559, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no valor de R$ 228; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor total de R$ 3.000, sendo R$ 1.083 imputado ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal; e R$ 1.917, referente ao saldo remanescente do JCP constituído; (iii) pagamento de R$ 1.331, na forma de dividendos, referentes ao saldo de lucros do exercício, cujo montante encontra-se registrado na rubrica "Reserva Especial", no Patrimônio Líquido. As Demonstrações Contábeis serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante destas demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CPSEC esclarece que a empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S., no exercício de 2021, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE		360.557	299.351
Caixa e Equivalente de Caixa	4	104.525	68.257
Banco		393	176
Aplicações financeiras		104.132	68.081
Contas a Receber	5 e 9	157.499	215.804
Direitos Creditórios a Receber - PPI		5.172	5.436
Ajuste a Valor Justo		(64)	(83)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		151.524	209.569
Ajuste a Valor Justo - PEP		867	882
Outros Ativos Circulantes		1.231	28
Outros Créditos	6, 15 e 22	97.302	15.262
Valores Transitórios a Receber		97.302	15.262
NÃO CIRCULANTE		91.746	263.487
Tributos Diferidos	9	11.016	10.292
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo		22	50
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		10.994	10.242
Contas a Receber	5 e 9	80.715	253.194
Direitos Creditórios a Receber - PPI		-	133
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		12.694	12.531
(-) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados		(12.694)	(12.531)
Ajuste a Valor Justo		-	(64)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		79.981	211.072
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		62.123	70.343
(-) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados		(62.123)	(29.951)
Ajuste a Valor Justo - PEP		734	1.661
Ativo Permanente		15	1
TOTAL DO ATIVO		452.303	562.838

PASSIVO	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE		29.346	78.483
Obrigações Sociais e Trabalhistas		197	224
Obrigações Sociais		80	95
Obrigações Trabalhistas		117	129
Obrigações Fiscais Federais		1.005	11.807
Debêntures	7	23.322	59.537
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		23.349	59.764
(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		(27)	(227)
Outras Obrigações		4.822	6.915
Valores Transitórios a Pagar	8	1.547	436
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		224	238
Juros a pagar s/ Capital Próprio		3.000	6.202
Outras obrigações		51	39
NÃO CIRCULANTE		-	62.957
Debêntures	7 e 9	-	62.957
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		-	23.234
(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		-	(27)
Debêntures - 2ª Série da 2ª Emissão		-	40.393
Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão		-	(643)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido	10	422.957	421.398
Capital Integralizado		413.096	413.096
Reserva Legal		8.530	8.302
Reserva Especial		1.331	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		452.303	562.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Especial	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020		377.800	7.975	35.297	-	421.072
Aumento do Capital Social (AGE 06/2020)	10	35.296	-	(35.296)	-	-
Juros sobre Capital Próprio Pago		-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.529	6.529
Destinações:						
Reserva Legal		-	327	-	(327)	-
Juros sobre Capital Próprio	10	-	-	-	(6.202)	(6.202)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		413.096	8.302	-	-	421.398
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.559	4.559
Destinações:						
Reserva Legal		-	228	-	(228)	-
Juros sobre Capital Próprio	10	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Saldo de Lucros (Reserva Especial)	10	-	-	1.331	(1.331)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		413.096	8.530	1.331	-	422.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	2021	2020
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	5 e 15	**49.850**	**90.570**
Receita Atualização PPI - Selic		175	280
Receita Atualização PEP		49.675	90.290
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	6 e 15	**(9.740)**	**(34.406)**
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		(3.454)	(6.912)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão		(1.872)	(20.596)
Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão		-	(465)
Pis Não Cumulativo		(780)	(1.146)
Cofins Não Cumulativo		(3.634)	(5.287)
RESULTADO BRUTO		**40.110**	**56.164**
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		**(36.809)**	**(46.822)**
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		**(4.322)**	**(4.221)**
Despesas com Salários	10	(2.497)	(2.405)
Encargos Sociais e Obrigações	10	(1.057)	(1.050)
Serviços Técnicos Especializados	11	(600)	(621)
Anúncios e Publicações	11	(161)	(137)
Despesas Legais e Societárias	11	(7)	(8)
PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS	11	**(32.336)**	**(42.482)**
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PPI		(163)	(12.531)
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PEP		(32.173)	(29.951)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	11	**(151)**	**(119)**
Outras Despesas Operacionais		(151)	(119)
RESULTADO FINANCEIRO	4 e 12	**3.363**	**1.057**
Receitas Financeiras		3.397	1.099
Despesas Financeiras		(34)	(42)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**6.664**	**10.399**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8 e 13	(2.105)	(3.870)
Imposto de Renda		(2.074)	(10.351)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(755)	(3.735)
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo		(28)	(26)
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		752	10.242
LUCRO DO EXERCÍCIO	1 e 9	4.559	6.529
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R$ (BÁSICO E DILUÍDO)	18	1,10	1,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.559	6.529
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	4.559	6.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		4.559	6.529
Receita Atualização PEP		(5.549)	(30.895)
Depreciação		5	1
Amortização de mensuração inicial da carteira de direitos creditórios	9	1.501	6.511
IRPJ e CSLL Diferidos	9	(724)	(10.216)
Perda no recebimento de Direitos Creditórios		32.336	42.482
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		32.128	14.412
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS			
Direitos Creditórios a Receber - PPI		397	659
Direitos Creditórios a Receber - PEP		194.685	256.766
Direitos Creditórios PEP Rompidos		(24.743)	(106.322)
Direitos Creditórios PPI Rompidos		(163)	(244)
Valores Transitórios a Receber (pessoas ligadas)		(82.040)	(15.262)
Outros Ativos		(1.203)	14
Debêntures - 2ª emissão		(66.852)	(82.117)
Debêntures - 3ª emissão		-	(35.616)
Fornecedores		12	1
Contas a Pagar		(10.843)	4.417
Outras Obrigações		1.111	(10.172)
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		10.361	12.124
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		42.489	26.536
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado (aquisição)		(19)	-
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(19)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio		(6.202)	(11.765)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(6.202)	(11.765)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		36.268	14.771
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		68.257	53.486
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		104.525	68.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2021	2020
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	17.514	48.088
Receita Atualização PPI - Selic	175	280
Receita Atualização PEP	49.675	90.290
Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(32.336)	(42.482)
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.245)	(28.857)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(919)	(884)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª série da 2ª emissão	(3.454)	(6.912)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	(1.872)	(20.596)
Juros de Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	-	(465)
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.269	19.231
RETENÇÕES	(5)	(1)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(5)	(1)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	11.264	19.230
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.363	1.057
Receitas Financeiras	3.397	1.099
Despesas Financeiras	(34)	(42)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**14.627**	**20.287**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**14.627**	**20.287**
Pessoal	2.776	2.695
FGTS	137	137
Impostos, Taxas e Contribuições	7.155	10.926
Remuneração de Capitais Próprios		
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	3.000	6.202
Lucros retidos do exercício	1.559	327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários -(CVM), como emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Os efeitos decorrentes das medidas restritivas visando à contenção da propagação da epidemia do COVID-19 afetou significativa a atividade econômica em escala global. Diante deste cenário atípico e momentâneo de incertezas, o Governo do Estado de São Paulo promulgou em 4 de setembro de 2020, o Decreto nº 65.171, permitindo que no período de 16 a 30 de setembro de 2020, os contribuintes tivessem a oportunidade de restabelecer (reativação) os parcelamentos rompidos, em razão da inadimplência de parcelas com vencimento entre 1° de março e 30 de julho de 2020, no âmbito dos Programas Especiais de Parcelamento (PEP). No encerramento do exercício social de 2020, foi verificada uma ligeira reversão no volume dos direitos creditórios de PEP Rompidos, comparativamente à posição do mês de julho de 2020, ocasião em que houve um incremento significativo dos parcelamentos rompidos devido à inadimplência derivada dos efeitos do COVID-19. No exercício de 2021 houve uma importante desaceleração no volume de rompimento de direitos creditórios, com evidentes sinais de arrefecimento dos efeitos COVID-19, apresentando uma redução de 11,9% nas de perdas de créditos, comparativamente às projeções orçamentárias da Companhia. A arrecadação de direitos creditórios vem demonstrando sinais positivos, no tocante à estabilização e previsibilidade, apresentando um declínio de apenas 2,7% no acumulado do exercício de 2021, quando comparado ao valor orçado. Este declínio na arrecadação derivada basicamente da substituição da taxa de atualização aplicada nos parcelamentos pela taxa SELIC, em razão de ordem judicial. Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabeleceu dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e "caput" do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C a Lei nº 13.723/2009, que autorizou a criação da Companhia, aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização. Neste contexto, a Companhia alterou o seu Estatuto Social, e desde então, vem prospectando novas oportunidades de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Demonstrações Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. Aprovação das Demonstrações Contábeis: A aprovação para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Demonstrações Contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício ou pela cota do fundo investido divulgado pela administradora do fundo. **b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo "preço de mercado". O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação. Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros. Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo. Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro. **• Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e reconhecidos no resultado do exercício. **• Passivos financeiros:** Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Ainda, conforme CPC 48, é reconhecida eventuais perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. No entanto, considerando a possibilidade de utilização dos direitos creditórios rompidos para amortização extraordinária das debêntures subordinadas, são reconhecidas exclusivamente as perdas esperadas dos direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI que excederem o saldo das debêntures subordinadas, conforme detalhado abaixo. Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos", quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. O saldo de direitos creditórios rompidos destinado à dação em pagamento não sofre qualquer perda, redução ou depreciação, sendo que líquido e certo de que, posteriormente, são integralmente utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo, na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures. Convém destacar, ainda, que este procedimento da dação em pagamento do estoque de direitos creditórios rompidos para a amortização das debêntures subordinadas subscritas pelo Estado de São Paulo não distorce o resultado, nem gera qualquer ganho ou perda subjetiva às partes (Companhia e Estado), pois tanto as taxas, como os saldos envolvidos nestes instrumentos financeiros são idênticos e efetivamente produzem um resultado neutro. Por sua vez, em razão da exposição ao risco de crédito, oportunamente são reconhecidos e efetuados os registros de perda sobre a carteira de direitos creditórios rompidos, que excederem ao saldo das debêntures subordinadas. A partir de junho de 2020 foram iniciados os procedimentos de contabilização das perdas esperadas sobre a carteira de direitos creditórios, as quais são apresentadas na nota explicativa nº 5. **d) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. **e) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **i. Ativos e passivos contingenciais:** Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue: **• Ativos contingentes**: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo. **• Passivos contingentes**: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. **ii. Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis. **f) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no período para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Os tributos correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas vigentes à época de apresentação das Demonstrações Contábeis, e quaisquer ajustes decorrentes de períodos anteriores. Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **g) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos. **h) Determinação do valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. **i) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como informação suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	393	176
Aplicações Financeiras	104.132	68.081
Total	104.525	68.257

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC) e BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Setor Público, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, respectivamente, cuja carteira é composta por títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Ambos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil, com taxas compatíveis com as de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de "Receitas Financeiras", alcançou o montante de R$ 3.397 (R$ 1.099, em 2020).

5. CONTAS A RECEBER

As Demonstrações Contábeis apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP - PEP ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS/SP - PPI ("PPI"), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia. **DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PPI:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R$ 2.079.841, atualizados pela Taxa Selic. O saldo da carteira destes recebíveis em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 5.108 (R$ 5.422, em 2020), conforme demonstrado abaixo por prazo de realização:

Carteira de Recebíveis - PPI

Classificação	31/12/2021	31/12/2020
Até 12 meses	5.172	5.436
Até 24 meses	-	133
Total	**5.172**	**5.569**
PPI rompido (1)	12.694	12.531
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(12.694)	(12.531)
Ajuste a Valor Justo a realizar (3)	(64)	(147)
Total	**5.108**	**5.422**
Curto Prazo	**5.172**	**5.436**
Longo Prazo	**-**	**133**

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias). (2) Contabilização das Perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos). (3) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).

Receita de Atualização - PPI

Detalhamento das Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Atualização PPI - Selic	53	141
Receita PPI - Indenização	39	62
Reversão Ajuste a Valor Justo - PPI	83	77
Total da Receita de Atualização PPI	**175**	**280**

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP: Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. O saldo da carteira destes recebíveis em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 233.106 (R$ 463.576, em 2020), conforme demonstrado abaixo por prazo de realização:

Carteira de Recebíveis - PEP

Classificação	31/12/2021	31/12/2020
Até 12 meses	151.524	209.569
Até 24 meses	61.856	122.088
Até 48 meses	18.062	88.976
Acima 48 meses	63	8
Total	**231.505**	**420.641**
Curto Prazo	**151.524**	**209.569**
Longo Prazo	**79.981**	**211.072**
PEP rompido (4)	62.123	70.343
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (5)	(62.123)	(29.951)
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Circulante (6)	867	882
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Não Circulante (6)	734	1.661
Total	**233.106**	**463.576**

(4) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos (créditos com 4 parcelas em atraso), compensáveis com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão (resgatada antecipadamente em 06/2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia promoveu amortizações extraordinárias não financeiras das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, mediante a Dação em Pagamento de PEP Rompidos, no montante de R$ 32.963 (R$ 136.534, no exercício de 2020). (5) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PEP Rompidos). (6) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).

Receita de Atualização - PEP

Detalhamento das Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Atualização PEP	8.906	49.853
Reversão Receita PEP PECLD	(5.742)	(1.621)
Receita PEP - Indenização	82.040	43.304
Reversão Receita PEP por Decisão Judicial e outros	(34.588)	-
Reversão Ajuste a Valor Justo - PEP	(941)	(1.246)
Total da Receita de Atualização PEP	**49.675**	**90.290**

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Valores Transitórios a Receber: Corresponde aos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP que, a partir de 1º de outubro de 2020, deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, e passaram a ser registrados em conta específica a receber do Estado, denominada "valores transitórios a receber", nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2021 o montante da rubrica de "valores transitórios a receber" alcançou R$ 97.302 (R$ 15.262, em 2020) (notas explicativas nº 7, 15 e 22).

7. DEBÊNTURES

A Companhia emitiu um total de 5.200.620 debêntures, distribuídas entre a 2ª e 3ª emissões, cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Debêntures

Detalhamento / Características	2ª Emissão: 1ª Série	2ª Emissão: 2ª Série	3ª Emissão: Série Única
Garantia	Quirografária	Quirografária	Garantia Real
Distribuição	Pública	Pública	Pública
Oferta	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 400
Classificação de Risco (S&P)	brBBB-		brAAA
Fundo de Amortização	1,2 PMT		3,0 PMT
Data Emissão	28/11/14	28/11/14	18/05/15
Data Vencimento	16/06/22	18/07/24	16/06/20
Quantidade	8.000	5.118.620	74.000
Despesa Estruturação e Distribuição	14.481	-	613
Valor da Emissão	800.000	5.118.620	740.000
Prazo Amortização	90 meses	116 meses	60 meses
Prazo Remanescente em 31.12.2021	6 meses	Resgatada Antecip	Resgatada
Indexador utilizado	100% DI	12,28% a.a.	100% DI
Spread	2,60% a.a.		2,50% a.a.
Taxa efetiva	DI+3,02% a.a.		DI+2,54% a.a.
Periodicidade de indexação	diária	mensal	diária

Em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, realizada em 18 de maio de 2020, foi deliberada a alteração do vencimento das Debêntures para 16 de junho de 2022, ampliando o cronograma de amortização de 78 para 90 parcelas mensais e sucessivas, mantidas todas as demais características e condições da escritura, conferindo maior segurança à operação. Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. Até setembro de 2020 também foram efetuadas amortizações antecipadas não financeiras, via compensação de valores, no saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, através de Eventos de Indenização, com fulcro no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo. A partir de 1° outubro de 2020, os valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios de parcelamentos cedidos deixaram de ser compensados diretamente no saldo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, sendo registrados em conta específica a receber do Estado, denominada "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6). Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R$ 5.334 com a disponibilidade de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PEP, após o pagamento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizados Eventos de Indenização do PEP favoráveis à Companhia no montante de R$ 82.040, cujo valor foi registrado na rubrica "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6). Já em relação ao PPI, foram realizados Eventos de Indenização favoráveis ao Estado no montante de R$ 8, cujo valor foi adicionado ao saldo de Indenizações do PPI favoráveis ao Estado. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o valor residual das Indenizações favoráveis ao Estado, no valor de R$ 188, atinentes ao PPI, encontra-se registrada no passivo circulante, na rubrica de valores transitórios a pagar (nota explicativa nº 8). As amortizações financeiras antecipadas das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R$ 8.658 (R$ 9.649, em 2020). No trimestre findo em 31 de março de 2021 foram realizadas amortizações extraordinárias das debêntures 2ª série da 2ª emissão, compensando o montante de R$ 32.963, mediante a dação em pagamento do estoque de direitos creditórios de PEP rompidos em prazo igual ou superior a 12 meses. Em virtude da liquidação antecipada das Debêntures da 2ª Série, da 2ª Emissão em 21 de junho de 2021, cessaram as transações de dação em pagamento. Em seu último Relatório de Monitoramento de Rating de Operações Estruturadas, divulgado em 7 de abril de 2021, a Standard & Poors manteve o rating das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em "brBBB- (sf)". No quadro abaixo são demonstrados os saldos devedores das Debêntures emitidas no mercado de capitais, segregados pelos respectivos cronogramas de amortização, bem como o saldo das Despesas de Estruturação e Distribuição (Custo de Transação) a apropriar.

Carteira de Debêntures

Classificação	2ª Emissão 1ª Série 31/12/2021	2ª Emissão 1ª Série 31/12/2020
Até 12 meses	23.349	59.764
Até 24 meses	-	23.234
Total	**23.349**	**82.998**
Custo de Transação a amortizar	(27)	(254)
Total	**23.322**	**82.744**
Curto prazo	**23.349**	**59.764**
Longo prazo	**-**	**23.234**

No quadro abaixo são demonstradas as despesas de juros incorridas no período e as despesas com a amortização do custo de estruturação e distribuição das debêntures no mercado de capitais.

Despesas - Debêntures 2ª Emissão 1ª Série

Detalhamento das Despesas	31/12/2021	31/12/2020
Amortização do custo de estruturação e distribuição	227	599
Juros	3.227	6.313
Total de Despesas	**3.454**	**6.912**

Continua

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Valores Transitórios a Pagar: Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, da arrecadação de parcelamento não securitizados ou de eventos de indenização do PPI favoráveis ao Estado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 registrava R$ 1.547 (R$ 436, em 2020. Em 18 de fevereiro de 2022 foram transferidos à conta única do Tesouro Estadual o montante de R$ 1.379, referentes à devolução de arrecadação do PEP não securitizados. Passivos contingentes: Não há litígios em andamento, ou riscos, com divulgação requerida.

9. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estruturação - Vigente: Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como "Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado", e na mensuração inicial do seu valor justo ("*fair value*") foi reconhecida uma redução no valor de R$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como "Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado", foi reconhecida uma redução de R$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R$ 14.253. As debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão estão classificadas como Passivo Financeiro Mensurado Subsequentemente ao Custo Amortizado (nota explicativa nº 7). Em 31 de dezembro de 2021, o ajuste positivo do valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R$ 1.601 (R$ 2.543, em 2020), enquanto o valor justo a apropriar das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foi zerado em virtude de seu resgate antecipado (R$ 643, em 2020), passando o ajuste a valor justo a apropriar líquido para R$ 1.601 (R$ 3.186, em 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi deduzido do resultado o valor de R$ 1.369 (R$ 2.293, em 31 de dezembro de 2020), referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios do PEP, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado à apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. Em 31 de dezembro de 2021, em função da redução da carteira de Direitos Creditórios oriundos do PPI, o ajuste a valor justo a apropriar era de R$ 64 (R$ 147, em 2020). Consequentemente, naquela data os tributos diferidos decresceram para R$ 22 (R$ 50, em 2020) e o ajuste a valor justo líquido a apropriar do PPI para R$ 42 (R$ 97, em 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi incorporado ao resultado o montante de R$ 83 (R$ 77, em 2020), sendo R$ 55, líquido dos efeitos tributários referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período (R$ 51, em 2020). As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2020 Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Direitos Creditórios	468.985	887.978	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado
Passivos Financeiros			
Debêntures Mezanino (1ª Série da 2ª Emissão)	23.322	82.744	Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado
Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	-	39.750	Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado

A categoria acima considera a previsão do CPC 48, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital subscrito e integralizado era de R$ 413.096, em moeda corrente nacional, representado por 4.130.956 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. b) Reserva legal e Reserva Especial: A Reserva Legal de R$ 8.530 é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Lucro Líquido do Período: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o lucro apurado foi de R$ 4.559 (R$ 6.529 em 2020), sendo que deste resultado R$ 1.530 negativos (R$ 6.538 negativos, em 2020) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros (nota explicativa nº 9). A partir de junho de 2020 teve início o procedimento de contabilização das perdas esperadas dos direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI, com a consequente baixa dos créditos rompidos. Em 31 de dezembro de 2021 o registro de perdas no recebimento dos créditos alcançou o montante de R$ 32.336 (R$ 42.482, em 2020). d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do período, após as deduções admitidas em lei. No período entre 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021 foram provisionados mensalmente Juros sobre o Capital Próprio - JCP, com base no patrimônio líquido, até o limite regulatório de 50% da base de cálculo tributável (Lei nº 9.249/1995, RIR/1999, art. 347; e IN SRF nº 93/1997, art. 29). Observando o lucro auferido no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu o excedente de provisões constituídas anteriormente, ajustando o valor do JCP de 2021 para R$ 3.000, valor correspondente a R$ 0,72622415, por ação ordinária. Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Juros a pagar sobre o Capital Próprio, registrada no passivo circulante, totalizava o montante de R$ 3.000 (R$ 6.202, em 2020). Para fins de tributação do IRPJ e CSLL no exercício foram observadas as condições e limites para dedutibilidade aplicáveis ao efetivo pagamento ou crédito dos Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas (Lei nº 9.249/1995, art 9º, § 1º). Em junho de 2021 a Companhia pagou aos acionistas R$ 6.202, referentes à totalidade do JCP declarado de 2020. A Administração da Companhia submeterá à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas a seguinte proposta para a destinação do lucro apurado no exercício de 2021, no valor total de R$ 4.559: (i) constituição de reserva legal no valor de R$ 228; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor total de R$ 3.000, sendo R$ 1.083 imputado ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal, e R$ 1.917, referente ao saldo remanescente do JCP constituído; (iii) pagamento de R$ 1.331, na forma de dividendos, referentes ao saldo de lucros do exercício, cujo montante encontra-se registrado na rubrica "Reserva Especial", no Patrimônio Líquido.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHO E EMPREGADOS

A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, "*pro rata temporis*", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário. Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto no parecer CODEC nº 1/2018, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais, na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

Despesas com salários:	2021 Exercício	2020 Exercício
Honorários da diretoria e conselho	2.132	2.087
Salários - empregados	342	317
Vale Refeição - empregados	23	1
Total de despesas	**2.497**	**2.405**

Encargos sociais e obrigações:	2021 Exercício	2020 Exercício
Férias e 13 salário - empregados	80	65
Licença remunerada	63	84
Gratificação anual	135	141
Despesa de INSS	642	623
Despesa de FGTS	137	137
Total de despesas	**1.057**	**1.050**

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2021 Exercício	2020 Exercício
a) Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	223	229
CETIP	13	27
Banco Mandatário	35	65
Assessoria Contábil	181	141
Agente Fiduciário	29	46
Agência de Rating	46	43
Auditoria Interna	73	70
	600	**621**
b) Anúncios e Publicações	**161**	**137**
c) Despesas Legais e Societárias	**7**	**8**
d) Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	51	51
Taxas Estaduais e Municipais	7	3
Seguros D&O	54	52
Outras despesas operacionais	39	13
	151	**119**

13. RESULTADO FINANCEIRO

	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	3.299	1.094
Juros Ativos - Selic	92	-
Descontos obtidos	6	5
Subtotal	**3.397**	**1.099**
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	34	42
Subtotal	**34**	**42**
Total do resultado financeiro	**3.363**	**1.057**

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	2021 Exercício	2020 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.664	10.399
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	1.501	6.512
(+) Adição Despesas Indedutíveis	33.351	30.792
(+) Exclusão - Diferenças Temporárias Dedutíveis	(30.125)	-
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	11.391	47.703
JCP Provisionado	(3.000)	(6.202)
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	-	-
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.391	41.501
Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	2.074	10.351
Contribuição Social (CSLL) Corrente	755	3.735
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo	28	26
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(752)	(10.242)

Com o resgate integral antecipado das debêntures subordinadas (nota explicativa nº 7), a partir de junho de 2021 a Companhia passou a registrar em perdas a totalidade dos créditos rompidos da carteira de Direitos Creditórios de PEP e do PPI Rompidos. Neste contexto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos R$ 10.994 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a diferença temporária dedutível, correspondente a 34% sobre o lançamento das perdas de R$ 32.336 verificadas e registradas no recebimento de créditos vencidos da carteira de Direitos Creditórios oriundos do PEP e do PPI. No encerramento da apuração fiscal de 2021 foram deduzidos da base tributária os créditos vencidos há mais de 12 meses, no montante de R$ 30.125, e baixados os R$ 10.242 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL), sobre as diferenças temporárias, que haviam sido registrados em 2020. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível apresentou o saldo remanescente de R$ 10.994. O reconhecimento de R$ 10.994 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível encontra amparo no histórico de lucratividade da Companhia e na perspectiva de lucratividade tributável futura, observando a composição patrimonial atual da Companhia. A estimativa de utilização do crédito tributário é de R$ 9.983 em 2022 e R$ 1.011 para 2023. A Companhia apura os tributos com base no lucro real, optando pelo recolhimento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa. Em janeiro de 2021 foram recolhidos R$ 589 de IRPJ e CSLL devidos, cujas obrigações fiscais federais estavam registradas no passivo circulante.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as transações existentes com partes relacionadas são:

	Notas	31/12/2021 Ativo (Passivo)	31/12/2021 Receita (Despesa) Exercício	31/12/2020 Ativo (Passivo)	31/12/2020 Receita (Despesa) Exercício
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	12.694	-	12.531	74
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	62.123	-	70.343	8.535
Valores Transitórios a Receber	6	97.302	-	15.262	-
- Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão	7	-	(1.229)	(40.393)	(15.253)
- Valores Transitórios a pagar	8	(1.547)	-	(436)	-
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	10	(3.000)	-	(6.202)	-
- Receitas de Indenização	7	-	44.796	-	43.472

Em outubro de 2020 foi constituída a rubrica contábil denominada "valores transitórios a receber", para registro e controle dos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP favoráveis à CPSEC e devidos pelo seu controlador, o Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 6ª, do Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios. Em 31 de dezembro de 2021 o montante da rubrica de "valores transitórios a receber" proveniente das ocorrências de Eventos de Indenização do PEP alcançou R$ 97.302 (nota explicativa nº 6). No quadro abaixo são demonstradas as despesas de juros das Debêntures emitidas da 2ª Série da 2ª emissão subordinadas:

Despesas - Debêntures Subordinadas (2ª Emissão 2ª Série)

Detalhamento das Despesas	31/12/2021	31/12/2020
Juros	1.229	15.253
Reversão Ajuste a Valor Justo	643	5.343
Total de Despesas	**1.872**	**20.596**

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Demonstrações Contábeis. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas de baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

	Natureza do risco associado	31/12/2021 Saldo exposto ao risco	31/12/2020 Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	393	176
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	104.132	68.081
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	236.677	426.210
Passivos expostos a risco			
Debêntures (2)	Liquidez, mercado e operacional	23.349	82.998

(1) Excluído o saldo exposto a risco dos direitos creditórios rompidos (créditos passíveis de utilização para amortização/pagamento das debêntures subordinadas ou registrados em perdas); (2) Saldo das debêntures emitidas, líquido dos direitos creditórios rompidos passíveis de utilização para amortização/pagamento das debêntures subordinadas.

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o período. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, os direitos creditórios não recebidos, após 12 meses em que foram considerados rompidos, são utilizados na amortização das debêntures subordinadas, sendo que apenas o saldo excedente ao saldo devido nas debêntures subordinadas está exposto ao risco de crédito. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

31/12/2021

Análise do Risco de Liquidez

Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	13.208	1.547
3 a 6 meses	10.041	-
Total	23.249	1.547

31/12/2020

Análise do Risco de Liquidez

Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	16.146	436
3 a 6 meses	15.241	-
6 a 12 meses	28.377	-
1 a 3 anos	23.234	-
Total	82.998	436

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite antecipações efetuadas pelos devedores. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocadas no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. **Análise de sensibilidade:** A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Contábeis. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidada em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta. Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro dos recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo de 2,60% a.a. O indicador oficial de inflação no país, o IPCA, fechou o ano de 2021 a 10,06%, ficando bem acima do teto da meta de 5,25% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, sendo a maior alta nos últimos 6 anos. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) todos os 9 grupos de produtos e serviços acompanhados subiram no ano, tendo apresentado as maiores variações os grupos de transportes (21,03%), habitação (13,05%), artigos de residência (12,07%) e vestuário (10,31%). O resultado da inflação de 2021 foi influenciado principalmente pelas altas nos combustíveis, energia elétrica e gás de botijão. O cenário inflacionário para 2022 denota um esperado arrefecimento, porém as projeções do mercado financeiro indicam uma inflação novamente acima do teto da meta, que adicionado aos problemas de ordem fiscal, as tensões políticas em ano de eleições majoritárias, as atuais adversidades climáticas e de escassez insumos podendo comprometer safras futuras, dentre outros riscos internacionais, inclusive bélicos, devem levar o Comitê de Política Monetária a continuar os movimentos de elevação da taxa básica de juros, que hoje se encontra em 10,75% a.a., levando a SELIC para o patamar dos 12,5% a.a.. A confirmação deste cenário ensejará uma ligeira piora no resultado da Companhia restrita às operações relacionadas à 2ª Estruturação, especificamente na carteira passiva relacionada às suas obrigações com debêntures emitidas remuneradas pela taxa DI. Em contrapartida, a Companhia apresentará uma melhora bastante significativa no resultado financeiro, em razão do volume de aplicações financeiras na renda fixa referenciada na taxa DI ser bem superior ao saldo devedor nas debêntures. Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a melhorar, conforme se pode observar no quadro abaixo.

	Saldo	Provável	Possivel (i)	Remoto (ii)
	Cenários			
Ativo	31/12/2021	11,75%	14,69%	17,63%
Aplicações Financeiras	104.132	116.368	119.426	122.485
Direitos Creditórios (PPI)	5.172	5.439	5.506	5.573
Direitos Creditórios (PEP)	231.505	259.934	259.934	259.934
Total do Ativo	340.809	381.741	384.866	387.992
Variação		40.932	44.057	47.183

Passivo	Saldo 31/12/2021	Provável 11,75%	Possivel (i) 14,69%	Remoto (ii) 17,63%
Debêntures Mezanino	23.349	26.771	27.475	28.178
Total do Passivo	23.349	26.771	27.475	28.179
Variação		3.422	4.126	4.830
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		37.510	39.932	42.353
Resultado da Variação			2.422	4.843

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável

(ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável

(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com elevação de 25% na variável de risco (aumento de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 2.422.

(ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com elevação de 50% na variável de risco (aumento de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 4.843.

17. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreadas em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e a base para tomada de decisões dos administradores.

18. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro/Prejuízo do exercício (R$ mil)	4.559	6.529
Número de Ações durante o exercício	4.130.956	3.954.477
Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R$)	1,10368	1,65097

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2021 e 2020, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do período os valores contábeis da despesa de depreciação, da realização do ajuste a valor de mercado e de perdas no recebimento de créditos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa. • Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão do montante relativo à dação em pagamento dos direitos creditórios de PEP rompidos, conforme menção na nota explicativa nº 7, no valor de R$ 32.963 (R$ 118.980, em 31 de dezembro de 2020).

20. INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento à Instrução n° 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a CPSEC, no período de nove meses, não contratou nem teve serviços prestados pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21. OUTROS ASSUNTOS

Em atenção a orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia informa que no exercício de 2021 houve uma desaceleração no volume de rompimento de direitos creditórios associado ao Covid 19, com evidentes sinais de arrefecimento dos seus efeitos. Quando comparado à projeção orçamentária, foi verificada uma redução de 11,9% nas de perdas de créditos, bem como um ligeiro declínio de 2,7% na arrecadação da carteira de direitos creditórios cedidos à Companhia, motivado principalmente pela aplicação da taxa SELIC na atualização de alguns parcelamentos, em substituição da taxa prefixada estabelecida no Decreto nº 58.811/2012 (e seguintes) do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS/SP, por ordem/decisão judicial. A análise dos impactos nas atividades operacionais e desempenho financeiro da Companhia, inerentes ao advento do COVID-19, estão refletidos na nota 1 - Contexto Operacional.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Considerando a consolidação da Companhia no mercado de capitais e a alteração de seu estatuto social aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização, conforme mencionado na nota º 1, em outubro de 2021 a administração apresentou aos seus acionistas proposta de restruturação patrimonial, a qual abrange a redução do seu capital social em R$ 130 milhões, dos atuais R$ 413 milhões, considerado excessivo para sua atuação. A redução proposta não interfere na plena continuidade dos seus negócios e planos futuros, sendo a restituição aos acionistas representadas com parte de suas disponibilidades de caixa (R$ 57 milhões), e parte com a compensação de valores transitórios a receber (R$ 73 milhões), mencionados na nota explicativa nº 6. Concluída as etapas de comprovação e de atendimento dos aspectos legais, a proposta de redução de capital foi submetida e aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antonio Luque
Jorge Luiz Avila da Silva
Cesar Akio Itokawa
Andrea Maria Ramos Leonel
Juan Francisco Carpenter
Marise Fernandes de Araújo
João Germano Bottcher Filho

DIRETORIA

Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente
Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor de Gestão Corporativa

CONTADOR

Renato Vieira Pita
CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 30 de março de 2022, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Nelson Luiz Baeta Neves Filho **Diego Allan Vieira Domingues** **Reinaldo Iapequino** **Marisa de Andrade Santarem** **Jorge Damião de Almeida**

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos VI, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 30 de março de 2022, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2021

1. INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Companhia Paulista de Securitização foi instituído em cumprimento à Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, e ao Estatuto Social, sendo seus membros eleitos pelo Conselho de Administração em agosto de 2018, recentemente modificado pela inclusão de membro independente Celia Maria da Silva Carvalho em maio de 2021, em substituição a Andrea Maria Ramos Leonel, que assumiu a coordenação por ocasião da renúncia de Fábio de Barros Pinheiro. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da CPSEC, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Diretoria da Companhia, órgãos de assessoria e atuais auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes (BDO), para discutir assuntos relativos ao planejamento e execução da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Comitê de Auditoria também se reune com os com executivos representantes da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. (GT), responsáveis pelo planejamento, execução e resultados obtidos de procedimentos de auditoria interna. **1.3 Composição:** O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, são independentes e suas funções são indelegáveis. **2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO**: O presente relatório contempla informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, incluindo as atividades até a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Comitê de Auditoria reuniu-se 14 (quatorze) vezes no ano de 2021, realizando sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações à Administração acerca de melhorias nos processos e controles. Todas as reuniões realizadas no período ocorreram por videoconferência, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 e demais normativos correlatos. Essas reuniões envolveram os Diretores da CPSEC, os Auditores Independentes (BDO) e os Auditores Internos (Grant Thornton) e trataram do acompanhamento gerencial das operações de securitização em curso, das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, além dos temas abaixo mencionados. As atas das reuniões expressam de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são publicadas no site da Companhia e disponibilizadas ao Conselho de Administração e os documentos e relatórios apresentados permanecem à disposição, na sede da Companhia, aos Auditores Independentes e Órgãos de controle e fiscalização a que a Companhia se submete. **3. TEMAS ABORDADOS**: No exercício em questão, os principais temas abordados foram: (i) Indicadores Gerenciais, (ii) ampliação do quadro de pessoal, (iii) relatório de auditoria interna do 5º trimestre (2o semestre de 2020), (iv) proposta do calendário de reuniões do Comitê para o período de 2021 a 2023, (v) regimento interno do Comitê, (vi) Código de Conduta e Integridade da Companhia, (vii) demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2021, (viii) proposta de prorrogação do contrato de auditoria externa, (vix) relatório do auditor independente sobre sistema de controles internos, (x) prorrogação de contratos com Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturado Mandatário, (xi) proposta de renovação de apólices de seguros "D&O", (xii) certame liciatório para contratação de serviços contábeis, (xiii) proposta de prorrogação de contrato de serviços de auditoria interna - "Grant Thornton", (xiv) relatório de atividades da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno do 2º semestre de 2020, (xv) relatório da auditoria interna referente ao 2º trimestre do 2º ciclo anual, (xvi) cronograma de atividades de auditoria interna para o 3º ciclo anual, (xvii) *follow ups* dos apontamentos da auditoria interna - "Grant Thornton", (xviii) proposta da redução de capital apresentada pela Diretoria da Companhia, (xix) processo de alteração do quadro de pessoal, (xx) relatório do Teste de Contingência, (xxi) demonstrações financeiras relativas ao 3º trimestre de 2021, (xxii) relatório de auditoria relativos ao 2º ciclo anual (3º e 4º trimestres), (xxiii) plano de auditoria para o 3º ciclo anual, (xxiv) *status* das providências relacionadas ao processo de redução de capital, e (xxv) planejamento estratégico 2022-2026 e Plano de Negócios 2022. **4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS**: A Administração é responsável pelo desenho e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Companhia, bem como, de controles internos para prevenir, detectar e corrigir os erros e irregularidades significativas. O Comitê de Auditoria registrou como adequada a atuação da administração da CPSEC com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia, embora passíveis de maior automação dos processos, o qual recomendou o seu desenvolvimento. Considerou ainda que, as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. A Companhia possui Ouvidoria e Canal de Denúncias através de convênio com a SEFAZ. Em 2021 não houve nenhuma denúncia válida nesses canais. **5. ACOMPANHAMENTO DOS APONTAMENTOS IDENTIFICADOS PELA AUDITORIA INTERNA - GRANT THORNTON**: Em agosto, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para acompanhar os trabalhos de avaliação do Manual de Procedimentos e avaliação da Aderência Regulatória (Lei nº 13.303/2016), cujo resultado finalizado registrou os apontamentos descritos a seguir: (i) Código de Conduta e Integridade devidamente elaborado e divulgado, que prevê a realização de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controles internos, código de conduta, Lei Anticorrupção e demais temas relacionados à Companhia, que se comprometeu a elaborar cronograma de treinamento dos membros estatutários até dez/21, item ainda pendente de execução; (ii) Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento devidamente constituído e formalizado, cujo regimento interno foi elaborado de acordo com compromisso da Companhia, a partir da constatação de sua ausência. O Regimento deve estabelecer as responsabilidades e diretrizes sobre o órgão estatutário, e dessa forma foi apresentado. Por fim, ao avaliar a divulgação das informações requeridas na Lei nº 13 303 2016 foi identificada a ausência de divulgação das seguintes informações: Política de Divulgação de Informações e o Relatório Integrado referente ao ano de 2020, o que foi tempestivamente ajustado. **6. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE REDUÇÃO DE CAPITAL**: Em reunião especifica para esse fim, a Companhia apresentou a esse Comitê de Auditoria, para discussão, a proposta de redução de capital, objetivando: (i) adequar o capital social da Companhia ao seu modelo de negócios, (ii) buscar a adequação da liquidez em razão do aumento substancial das disponibilidades financeiras a partir de junho de 2021, decorrentes da liquidação da 2ª Série da 2ª Emissão ("Subordinada"), (iii) otimizar dispêndio tributário da Companhia com o excesso de liquidez, considerando o Estado ser imune a impostos e (iv) amortizar a conta "Valores Transitórios a Receber" do Estado, no montante total de até R$ 130 milhões, condicionada a aprovação de debenturistas em assembleia especial, na seguinte forma: (a) pelo saldo total de R$ 73 milhões representados por valores transitórios a receber do Estado, e (b) a diferença em caixa até o limite de R$ 57 milhões. O Comitê de Auditoria avaliou a proposta de Redução de Capital e concluiu pela não existência de óbices contábeis para o encaminhamento das etapas de aprovação da referida proposta. **7. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES:** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com a BDO, auditores independentes da CPSEC, permitindo a discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais, conforme relatório sobre a adequação das demonstrações financeiras, apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela BDO, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da Companhia e revisões das informações financeiras trimestrais (ITRs) do 1º, 2º e 3º trimestres de 2021, bem como da auditoria do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**: A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Diretores para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela Companhia na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pela CVM. Discutiu também com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. **9. CONCLUSÃO:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da Companhia e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco as operações da Companhia. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Andrea Maria Ramos Leonel
(Coordenadora)

Celia Maria da Silva Carvalho

Sergio Citeroni

Continua

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Paulista de Securitização
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Securitização** em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 15, as operações da Companhia são realizadas exclusivamente com seu acionista, o Governo do Estado de São Paulo. Desta forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações com partes não relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Direitos creditórios e emissão das debentures	Como nossa auditoria tratou o assunto
No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando direitos creditórios a debêntures. Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam as debêntures e os direitos creditórios, originários de créditos tributários cuja titularidade é do Estado de São Paulo, decorrentes de parcelamentos administrativos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP) mantidos pelo custo amortizado, sendo que não registra perda com a realização destes créditos, uma vez é possível sua compensação com passivo de mesma natureza, ou seja, as debentures subordinadas emitidas. Assim, tanto os direitos creditórios adquiridos como a emissão das debêntures subordinadas tiveram o próprio Estado de São Paulo como sendo cedente e adquirente. Assim, quando os referidos créditos sofrerem dúvidas quanto à sua realização, estes são transferidos para "créditos rompidos" e imediatamente utilizados na forma de dação em pagamento para amortização antecipada das debêntures subordinadas. Devido a relevância destas operações, a existência e realização dos créditos adquiridos, bem como a atividade fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, podem impactar de forma relevante nas demonstrações contábeis da Companhia e, por isso, foram considerados como significativo em nossa auditoria.	Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: • Confronto dos valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis dos direitos creditórios e das debêntures; • Recálculo do valor contábil dos direitos creditórios e das debentures de acordo com seus respectivos prazos e taxas efetivas; • Verificação da custódia das debêntures emitidas; • Comparação da posição da carteira dos diretos creditórios com os relatórios financeiros, analisando se estes relatórios conferem a titularidade dos ativos a Companhia; • Análises com base amostral a documentação relativa aos termos de dação em pagamento dos créditos rompidos utilizados para à amortização antecipada das debêntures subordinadas; • Análise e condições das escrituras das debêntures emitidas; • Avaliação da adequação divulgação realizadas nas demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a titularidade da Companhia sobre os direitos creditórios a receber e as debêntures a pagar, assim como a correta mensuração e contabilização dos respectivos ativos e passivos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação foram sob a nossa responsabilidade e emitimos relatório datado de 18 de março de 2021, sem ressalva, contendo parágrafo de ênfase relativo ao assunto mencionado na seção intitulada "Ênfase" acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;§

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Guerra bagunça a produção de pequenas indústrias brasileiras

Preço de transporte, resinas, peças plásticas e ferro gusa afeta empresas

GUERRA NA UCRÂNIA

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A guerra na Ucrânia e seus impactos sobre as cadeias de insumos e matérias-primas chegou também às micro e pequenas indústrias. O efeito mais imediato vem do custo do transporte, pressionado pela alta dos combustíveis, e dos derivados de petróleo, no geral, como as resinas.

As micro e pequenas indústrias de São Paulo começaram a recalibrar suas expectativas para os próximos meses, depois de uma melhora no otimismo até meados de fevereiro, diz o presidente do sindicato do setor, Joseph Couri.

"Além da guerra, ainda têm Covid na China e elevação de juros. Os custos das matérias-primas já vinham altos e com muitos atrasos", afirma. A taxa básica de juros da economia, a Selic, foi a 11,75% ao ano na reunião mais recente do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central. A elevação dos juros, prevê Couri, vai reduzir e encarecer o crédito para o setor.

No mês passado, segundo pesquisa Datafolha para o Simpi (Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo), 54% dos empresários do setor avaliavam a situação dos negócios como ótima ou boa. Antes de fevereiro, a última vez em que tantos industriais paulistas disseram estar satisfeitos havia sido registrada em junho de 2014, com 53% de bom ou ótimo.

O efeito da alta dos combustíveis sobre o transporte pesa sobre as empresas a partir de diversas frentes. Uréo Pereira, a gerente de cadeia de suprimentos da Gemü, empresa de origem alemã que produz válvulas, diz que esses custos já subiram 13,5% neste ano.

A empresa tem frota própria para atender parte dos deslocamentos, mas depende de outros transportadores para movimentar mercadoria para acabamento e receber insumos.

Além do baque dos combustíveis, a empresa se prepara para novos aumentos em peças plásticas, uma vez que resinas são afetadas pelos preços do petróleo. Desde 2020, plásticos tiveram alta de 60%.

Em outra frente de altas, o ferro gusa subiu 25% em fevereiro. Na indústria como um todo, esse é um material bastante utilizado. Na Gemü, diz Pereira, é usado em quase 100% do que é produzido.

"Tentamos [desde o início da pandemia] segurar o máximo possível o repasse de preços. Trabalhamos em redução de custo, implantamos ferramentas para melhorar processos, mas esse é um ano em que já não dá mais para segurar".

Apesar de certo otimismo em alguns indicadores em fevereiro, a pesquisa Simpi/Datafolha mostrava a persistência das dificuldades com preços e cumprimento de prazos, ainda que em patamar menor do que o registrado no início do ano passado.

> Além da guerra, ainda têm Covid na China e elevação de juros. Os custos das matérias-primas já vinham altos e com muitos atrasos
>
> **Joseph Couri**
> presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo

Em fevereiro de 2022, 74% das micro e pequenas indústrias de São Paulo diziam enfrentar dificuldade com alta no preço de insumos e matérias-primas. Outros 41% disseram estar lidando com a falta de materiais e 39%, com o atraso na entrega.

Segundo a pesquisa Simpi/Datafolha, em fevereiro, o percentual de indústrias que disse ter registrado alta significativa de preços em relação ao mês anterior caiu. Foram 59% em fevereiro e tinha chegado a 72% em janeiro de 2021, o pico da série iniciada em março de 2013. Das que disseram ter registrado aumento de custos significativo, 47% disseram que as altas vieram de matéria-prima e insumos.

O desencanto com os efeitos da guerra sobre a economia não está restrito aos micro e pequenos industriais. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) prevê revisar em abril a expectativa de crescimento do país em 2022.

A entidade diz estar preocupada principalmente com os aumentos de preços de petróleo, energia e insumos. Em março, 22 de 29 setores da indústria pesquisados pela confederação registraram queda na confiança.

Inflação afeta compras para o Ramadã em países do mundo muçulmano

BEIRUTE | AFP A invasão russa na Ucrânia no final de fevereiro intensificou os problemas alimentares de alguns países da África e do Oriente Médio e afeta os preparativos para o Ramadã, o mês de jejum muçulmano que começa no próximo fim de semana e no qual as mesas tradicionalmente ficam repletas de comida ao anoitecer.

Os fiéis, que tradicionalmente interrompem o jejum ao cair da noite com fartas refeições em família, agora têm dificuldade para pagar pelos produtos básicos, diante da alta de preços dos alimentos e do combustível.

"Os preços altos estão afetando e estragando o clima do Ramadã", disse à agência AFP Sabah Fatoum, 45, morador da Faixa de Gaza, bloqueada por Israel, onde os preços dispararam até 11%, segundo as autoridades palestinas.

"Soubemos que os preços voltarão a subir durante o Ramadã, é um peso para nós."

Rússia e Ucrânia estão entre os principais exportadores mundiais de produtos agrícolas como trigo, óleo vegetal e milho.

Por isso, portanto, a interrupção dos fluxos de exportação em consequência do conflito entre os dois países aumenta o temor de crises de fome, especialmente no Oriente Médio e na África.

No Iêmen, país mais pobre da península Arábica e assolado pela guerra desde 2014, as consequências já são notadas.

Na capital, Sanaa, Mohsen Saleh, 43, lembra que os preços aumentam todos os anos no Ramadã, mas neste ano "subiram como espuma".

"A situação econômica é muito difícil. A maioria das pessoas no Iêmen é pobre e está no limite, não pode continuar nesse ritmo", disse ele.

Na Síria, desde 2011 palco de uma guerra que deixou cerca de 60% da população em situação de insegurança alimentar, o Ramadã será ainda menos festivo este ano.

O azeite é vendido em quantidades limitadas e o preço mais que duplicou depois da invasão da Ucrânia. O governo sírio, que depende em grande medida de Moscou para a importação de trigo, também está racionando o cereal, além de açúcar e arroz, por temer a escassez.

"Pensei que o último Ramadã seria o mais frugal, mas parece que neste ano teremos que tirar ainda mais pratos [do cardápio]", afirmou Basma Shabani, 62.

As organizações beneficentes da Tunísia, que intensificam a coleta de alimentos para famílias necessitadas nas vésperas do Ramadã, estão ficando sem doações devido ao agravamento da situação socioeconômica. "Normalmente enchemos o carro depois de uma hora, mas este ano não", disse Mohamed Malek, 20, voluntário de uma associação.

A situação se repete no Líbano, que desde 2019 sofre a pior crise econômica de sua história. "A forte solidariedade que entra em ação, especialmente durante meses como o Ramadã, será posta à prova este ano", disse Bujar Hoxha, diretor da ONG Care International no Líbano.

No Egito, maior importador de trigo russo e ucraniano, o presidente Abdel Fattah Al Sisi tabelou o preço do pão não subvencionado depois que seu preço subiu 50%.

A moeda local também desvalorizou 17% este mês.

"Se antes uma pessoa comprava três quilos de verduras, hoje só compra um", disse Oum Badreya, vendedora ambulante no oeste do Cairo.

A Somália, que sofre sua pior seca em 40 anos, se prepara para um Ramadã sombrio. O mês "será diferente porque os preços do combustível e dos alimentos estão disparando", disse Adla Nour, morador de Mogadíscio.

Cathay Pacific planeja voo mais longo do mundo para evitar Rússia

HONG KONG | AFP A companhia aérea Cathay Pacific planeja lançar o voo de passageiros mais longo do mundo em abril, com o desvio de sua rota Nova York-Hong Kong que, em vez de sobrevoar o Ártico, cruzará o Atlântico, a Europa e a Ásia Central para evitar a Rússia.

O novo trajeto será "pouco abaixo de 9.000 milhas náuticas" (16.668 quilômetros) percorridas em algo em torno de 17 horas, informou a empresa de Hong Kong em um comunicado à agência AFP na terça-feira (29).

Será o voo mais longo em distância, embora não em tempo, pois fica ligeiramente abaixo da rota da Singapore Airlines entre a cidade-estado asiática e Nova York, que percorre 15.343 quilômetros em 18 horas.

A Cathay não indicou os motivos para evitar o espaço aéreo russo, que já havia sobrevoado no passado.

Várias companhias aéreas cancelaram suas conexões com a Rússia, ou evitam seu espaço aéreo desde o início da invasão da Ucrânia, em 24 de fevereiro. Já Moscou fechou seu céu para vários países europeus e todos os voos ligados ao Reino Unido.

A empresa de Hong Kong está tentando obter uma autorização de voo para esta rota que cruzará o Atlântico, a Europa e a Ásia Central. Devido aos fortes ventos sazonais no Oceano Pacífico nesta época do ano, a companhia aérea prefere a opção transatlântica, no lugar da transpacífica.

Hoje, os voos dos Estados Unidos e de outros oito países para Hong Kong estão proibidos, em razão da pandemia. Poderão retomar suas conexões a partir de 1º de abril, graças a uma flexibilização das regras para a contenção da Covid-19.

O voo de maior distância do mundo

---- **Antigo trajeto**
12.990 km / Cerca de 15 horas

— **Novo trajeto**
16.668 km / Cerca de 17 horas

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL DE CONVOÇÃO - Convocamos todos os trabalhadores da empresa **ELEKTRO REDES S.A.** (CNPJ: 02.328.280/0001-97), a participarem da Assembleia Extraordinária em caráter permanente, nos locais e horários abaixo mencionados, em convocação única, para deliberar sobre a seguinte "**ORDEM DO DIA": 1) Leitura, Discussão e Votação dos Indicadores de Metas da PLR 2022; 2) Definição da Contribuição Sindical; 3) Outros assuntos de interesse da categoria. 04/04/2022 - ELEKTRO - Franco da Rocha e Região às 7h30** na Rod. SP 23, Km 37,8, Franco da Rocha - SP; **ELEKTRO - Mairiporã às 15h** na R. Luiz Antonio de Medeiros, 56 - Jd. Augusto Coimbra - Mairiporã - SP. **05/04/2022 - ELEKTRO - São Luiz do Paraitinga às 7h30** na Rod. Oswaldo Cruz Km 37,5 - São Luiz Paraitinga - SP; **Campos do Jordão às 16h** na R. Álvaro Alvim, 470 - Campos do Jordão - SP. **07/04/2022 - ELEKTRO - Santa Isabel às 7h30** na R. Guilherme de Almeida, 31 - Santa Izabel - SP. **11/04/2022 - ELEKTRO - Cunha às 7h30** na Rod. Paulo Virgílio s/nº - Cunha - SP; **ELEKTRO - Queluz e Região às 15h** na Rodovia Presidente Dutra, s/nº - Queluz - SP. **12/04/2022 - ELEKTRO - Ubatuba às 8h** na R. Bráulio Santos, 111 - Ubatuba - SP; **ELEKTRO - Ilhabela às 13h** na R. José Bonifácio, 825 - Ilha Bela - SP. **São Paulo, 30 de Março de 2022. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**